Bardella S.A. Indústrias Mecânicas Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial - ("Companhia") tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedica-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa sob o código BDLL4. A Companhia possui duas plantas industriais no estado de São Paulo, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada em Guarulhos - SP.

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas abrangem a Companhia e as seguintes controladas:

Barefame Instalações Industriais Ltda. – Em Recuperação Judicial, controlada, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados.

Duraferro Indústria e Comércio Ltda. – **Em Recuperação Judicial**, controlada, atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

Energo Agro Industrial Ltda., controlada, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuá-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. – Em Recuperação Judicial, controlada, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

Controlada em conjunto não Consolidada:

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a GE Energias Renováveis Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

Continuidade operacional

A Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades, embora em níveis baixos.

A redução do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais

de cada unidade.

O mercado de bens de capital continua estagnado, com poucas encomendas de equipamentos, serviços e reformas de equipamentos.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, entre outras. Atuou efetivamente nas renegociações para alongamento das dívidas com bancos, fornecedores, colaboradores e sindicatos (dívidas trabalhistas).

Ao final de 2017 a Companhia concluiu a operação de alongamento do prazo de sua dívida junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 129 milhões, deslocando vencimentos de 2018 nesse montante para pagamentos parcelados de 2019 a 2025. Da mesma forma, em 2018 concluiu a operação de alongamento da dívida junto ao Bradesco S/A, no montante de R\$ 23 milhões, de 2018 para pagamentos parcelados de 2019 a 2024.

A Companhia conta também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados.

Além disso, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de caixa, realizou vendas de ativos ociosos e aproveitou oportunidade para realização de uma de suas propriedades para investimento, tendo sido concluído em 2018 a venda de um imóvel da controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguro Ltda.

Apesar das austeras medidas que a administração tem tomado e, pelo motivo da baixa atividade operacional, a Companhia enfrenta dificuldades para manter seus compromissos.

Tais dificuldades levaram a administração a apresentar, em 26 de julho de 2019, pedido de recuperação judicial, abrangendo a Controladora e algumas de suas controladas.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade a.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada em reunião do Conselho de Administração em 30 de junho de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, sendo o Real a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos c.

Na preparação destas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, a Administração

utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 4 - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa;

Nota explicativa nº 7 - reconhecimento e mensuração do custo orçado de contratos de serviços e construção;

Nota explicativa nº 9 - reconhecimento de efeitos fiscais diferidos (tributos) decorrentes de diferenças temporárias e sua expectativa de realização ao longo do tempo;

Nota explicativa nº 14 - mensuração da vida útil dos ativos;

Notas explicativas nº 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos.

A avaliação é revisada regularmente considerando os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 10 – Títulos e valores mobiliários

Nota explicativa nº 13 – Propriedade para investimentos

Nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

d. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, propriedades para investimento e títulos e valores mobiliários.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de Consolidação - Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho

concluído total ou parcialmente. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como "outras receitas".

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mensurado pelo custo amortizável (empréstimos e recebíveis).

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categorias de passivos mensurados pelo custo amortizado.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos Financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do pronunciamento CPC 48 (IFRS 9) está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 (IAS 39), assim, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada para os contratos vendidos, juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas.

Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda cujas receitas são apuradas por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, estão demonstrados líquidos do seu recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

3.8 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento inclusive instalações industriais e edificações, quando aplicável, são inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.9 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido no momento da sua transferência e mensuração posterior do valor justo é reconhecido no resultado..

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Arrendamento mercantil

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. A amortização inicia-se com a entrada do software

em operação.

3.12 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem

atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação.

3.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

4 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial e suas controladas a seguir relacionadas:

Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019

Porcentagem de Participação

	31/12/2019	31/12/2018
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.		
- Em Recuperação Judicial	100,00%	100,00%
Barefame Instalações Industriais Ltda Em Recuperação Judicial	100,00%	100,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda Em Recuperação Judicial	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda.	100,00%	100,00%

Os percentuais de participação referem-se ao controle direto e indireto.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das Demonstrações Financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- **d.** Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	1.758	19	1.808	2.230
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	<u> </u>	<u> </u>	275	2
	1.758	19	2.083	2.232

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco remoto de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário foram remuneradas por taxas que variavam de 80% a 100% do certificado de depósito interbancário.

,

6 Contas a receber

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante:				
Clientes no país contratos de serviços e construção				
(nota explicativa 7)	85.839	90.638	105.259	92.793
Efeitos a faturar clientes no país contratos de				
serviços e construção (nota explicativa 7)	18.580	1.756	22.631	14.153
Produtos seriados e outros serviços	3.884	4.898	14.596	12.140
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(29.824)	(15.379)	(31.410)	(15.735)
	78.479	81.913	111.076	103.351
Partes relacionadas - contratos de serviços e				
construção (notas explicativas 7 e 12)	6.870	6.759	2.987	2.987
_	85.349	88.672	114.063	106.338
Não circulante:				
Clientes no país contratos de serviços e construção				
(nota explicativa 7)	37.398	37.398	37.398	37.398
Efeitos a faturar clientes no país contratos de				
serviços e construção (nota explicativa 7)	13.858	13.858	13.858	13.858
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.858)	(13.858)	(13.858)	(13.858)
	37.398	37.398	37.398	37.398
	122.747	126.070	151.461	143.736

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
31/12/2018	(15.379)	(15.735)
	(14.445)	(15.772)
	-	96
31/12/2019	(29.824)	(31.411)
31/12/2018	(13.858)	(13.858)
31/12/2019	(13.858)	(13.858)
	(43.682)	(45.269)
	31/12/2019 31/12/2018	31/12/2018 (15.379) (14.445) - 31/12/2019 (29.824) 31/12/2018 (13.858) 31/12/2019 (13.858)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento, é como segue:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Avencer		60	8.985	6.361
Vencidos 1 a 30 dias	-	4	293	300
Vencidos 31 a 60 dias	-	6	-	6
Vencidos 61 a 90 dias	-	118	-	118
Vencidos 91 a 120 dias	-	12	-	12
Vencidos acima de 121 dias	3.884	4.698	5.318	5.343
	3.884	4.898	14.596	12.140

Os prazos ajustados para a conclusão dos projetos de fornecimento de bens de capital e equipamentos de infraestrutura são substancialmente longos e consequentemente propiciam oscilações durante a execução dos projetos, o que obriga a Companhia e suas controladas a cobrar, junto a determinados clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A conta "Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção" (nota explicativa 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de serviços e construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida e o respectivo valor recebido.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7 Contratos de serviços e construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho concluído total ou parcialmente.

A conta "Adiantamento de clientes" está composta de valores decorrentes de recebimentos de contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida.

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019

		Controladora		Consolidado
- -	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou				
executados (nota explicativa 6)	137.095	141.894	156.515	144.049
Saldo a receber Efeitos a faturar clientes no país contratos de			.00.0.0	
serviços e construção (nota explicativa 6)	18.580	1.756	22.631	14.153
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(39.798)	(23.232)	(39.798)	(23.232)
Sub total	115.877	120.418	139.348	134.970
Partes relacionadas	6.870	6.759	2.987	2.987
Total =	122.747	127.177	142.335	137.957
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de serviços e construção em execução (nota explicativa 20)	(73.357)	(48.556)	(80.035)	(58.656)
Contratos de serviços e construção líquido a receber	49.390	78.621	62.300	79.301

8 Estoques

	Controladora		Consolidado
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
890	2.522	1.107	2.624
3.071	3.997	38.281	33.802
45.397	56.713	50.696	64.342
425	417_	2.580	2.954
49.783	63.649	92.664	103.722
	890 3.071 45.397 425	31/12/2019 31/12/2018 890 2.522 3.071 3.997 45.397 56.713 425 417	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 890 2.522 1.107 3.071 3.997 38.281 45.397 56.713 50.696 425 417 2.580

As matérias primas em estoque são destinadas à produção e devido às suas características, não foram consideradas expectativas de perdas por deterioração ou obsolescência.

9 Tributos a recuperar e diferidos

a. Tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante:				
Imposto de renda e contribuição				
social	569	737	1.240	2.557
ICMS	2.284	1.207	2.524	2.067
IPI	46	940	598	1.006
COFINS	441	1.591	603	1.751
PIS	99	882	116	898
Outros	221	170	1.084	1.035
	3.091	4.790	4.925	6.757
	3.660	5.527	6.165	9.314
Não Circulante:				
ICMS s/aquisição imobilizado	111	111	111	112
IPI	853	839	853	839
PIS	3.172	3.129	3.172	3.129
	4.136	4.079	4.136	4.080
	7.796	9.606	10.301	13.394

b. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2019) aprovado pelos órgãos da Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

_		Controladora		Consolidado
IR/CSL Diferido Ativo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos de prejuízos fiscais	6.749	10.072	7.574	15.673
Créditos de base negativa CsII	2.429	3.625	2.726	5.641
Créditos s/Diferenças temporárias	21.898	5.718	25.668	6.286
Subtotal	31.076	19.415	35.967	27.600
IR/CSL Diferido Ativo não compensável	<u> </u>		(2.573)	(1.727)
Total	31.076	19.415	33.394	25.873

Efeitos de IR/CSLL diferidos passivos sobre adoção de Ajustes de Avaliação Patrimonial e ajustes a valor justo

IR/CSL Diferido Passivo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ajuste em Propriedades p/ Investimentos	(9.127)	(44.384)	(9.663)	(47.197)
Ajuste decorrente de Custo Atribuido	(50.131)	(51.026)	(58.057)	(56.949)
Total	(59.258)	(95.410)	(67.720)	(104.146)
Saldos de IR/CSLL Diferidos Líquidos	(28.182)	(75.995)	(34.326)	(78.273)

Movimentação do saldo de tributos diferidos:

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Controladora	(75.995)	11.661	36.152	(28.182)
Consolidado	(78.273)	7.521	36.426	(34.326)

Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e				
contribuição social.	(252.265)	(87.627)	(249.245)	(87.630)
Imposto de renda e contribuição social pela				
alíquota nominal de 34%	85.770	29.793	84.743	29.795
Diferenças permanentes e temporárias				
Resultado de equivalência patrimonial	17.147	8.319	(396)	944
Despesas indedutíveis	12	27	1.988	30
Diferenças temporárias	29.279	16.783	32.591	17.729
Reversão/ utilização de provisões	(1.403)	(785)	(1.500)	(1.452)
Reversão dividendos	(65)	-	(65)	-
Outros (ajuste efeitos societários para fins fiscais)	109.325	2.253	111.240	2.705
	154.295	26.597	143.858	19.956
Efeito das diferenças permanentes pela alíquota				
nominal de 34%	(52.460)	(9.043)	(48.911)	(6.785)
Ajuste para limite de realização	14.535	(18.472)	8.993	(20.729)
Imposto de renda e contribuição social no		•		
resultado do exercício:	47.845	2.278	44.825	2.281
.Corrente		-	-	(221)
.Dif erido	47.845	2.278	44.825	2.502

Ajuste para limite de realização:

Refere-se a crédito fiscal diferido não constituído. A Companhia e suas controladas não reconheceram créditos fiscais diferidos sobre o montante de prejuízo fiscal acumulado de R\$ 295.440 na controladora e R\$ 363.005 no consolidado e sobre o montante de base negativa acumulada da CSLL de R\$265.537 na controladora e R\$ 402.736 no consolidado, em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa.

10 Títulos e valores mobiliários

Detalhamento da quantidade de títulos detidos e os valores justos em cada período/exercício:

		Controladora	Consolidad		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Títulos de remuneração variável	5.125	5.026	5.138	5.026	
Ajuste a valor presente	-	(1.086)	-	(1.086)	
Provisão p/ perdas	(5.026)	-	(5.026)	-	
	99	3.940	112	3.940	

5.025.914 Títulos de Remuneração Variável da Mineração Morro do Ipê S.A., com valor unitário de R\$ 1 (valor expresso em real) e correspondem 7,18% dos direitos de receber 3% da receita bruta da Empresa Mineração Morro do Ipê S.A. (royalties), cujo direito se dará a partir

do atingimento de determinados volumes de produção.

99.118 debêntures da empresa Baldan Implementos Agrícolas S/A.

11 Outros créditos

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores				
nacionais	57.228	42.149	54.125	44.111
Partes relacionadas (Nota 12)	72.779	62.660	1	-
Adiantamentos a fornecedores				
estrangeiros	9.460	7.240	9.463	7.243
Recuperações judiciais	2.313	2.313	4.048	4.048
Outros	1.262	2.611	2.040	3.391
	143.042	116.973	69.677	58.793
Não Circulante				
Depósitos judiciais	3.276	7.536	4.607	9.104
Outros	551	608	1.658	1.000
	3.827	8.144	6.265	10.104
	146.869	125.117	75.942	68.897

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto. As principais operações realizadas referem-se a:

Contratos de mútuo - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados entre 100% e 110% da taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor dos juros contidos nos pagamentos e recebimentos decorrentes de contratos de mútuo, estão alocados nas atividades de financiamentos e de investimentos, respectivamente.

Vendas de produtos e serviços - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Adiantamento a fornecedor e adiantamento a cliente - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Prestação de serviços administrativos e aluguéis - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens

móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto – Não existem avais, fianças e hipotecas concedidas pela Controladora às Controladas, em 31 de dezembro de 2019.

a. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas partes relacionadas:

		31/12/	31/12/	2019		
		Ativo não	Passivo	Passivo não		Despesas e
Consolidado	Ativo circulante	circulante	circulante	circulante	Receitas	custos
IMMA Ind.Met.Mec.Amazônia Ltda.	2.987		12.578	35,256		1.973
	2.987	-	12.376		-	
GE Energias Renováveis Ltda.	-	-	-	4.443	-	248
Administradores				46.573		2.139
	2.987		12.578	86.272		4.360
Controladora	_					
Barefame Inst.Industriais Ltda. Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de	49.932	41.156	910	-	2.246	-
Seguros Ltda.	127	_	927	23,464	20	1.547
Energo Agro Industrial Ltda.	15	_	_	10,595	5	579
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	26.590	2.574	19.967	-	286	1.769
	76,662	43.730	21.804	34.058	2.557	3.896
	79.649	43.730	34.382	120.331		-
Contas a receber (Nota explicativa 6) Adiantamento a fornecedores (Nota	6.870	-	-	-		
explicativa 11)	72,779	_	_	_		
Dividendos a receber	_	_	_	_		
Fornecedores (Nota explicativa 17)	_	_	27.953	_		
Adiantamento de clientes (Nota						
explicativa 20)	-	-	6.430	-		
Mútuos	-	43.730	-	120.331		
	79.649	43.730	34.382	120.331		

		31/12	31/12/2018			
		Ativo não	Passivo	Passivo não		Despesas e
Consolidado	Ativo circulante	circulante	circulante	circulante	Receitas	custos
IMMA Ind.Met.Mec.Amazônia Ltda.	2.987	_	12.578	33,283	_	13.635
GE Energias Renováveis Ltda.	2.507	_	-	4.195	_	252
Administradores	_	_	_	20.641	_	941
	2.987		12.578	58.119		14.828
Controladora	_					
Barefame Inst.Industriais Ltda.	50.130	36.340	856		2.251	-
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de						
Seguros Ltda.	108		754	23.825	20	1.498
Energo Agro Industrial Ltda.	10		-	8.118	5	571
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	16.184	2.573	13.166		238	5.435
	66.432	38.913	14.776	31.943	2.514	7.504
	69.419	38.913	27.354	90.062		
Contas a receber (Nota explicativa 6) Adiantamento a fornecedores (Nota	6.759	-	-	-		
explicativa 11)	62.660	=	-	-		
Fornecedores (Nota explicativa 17)	-	-	25.781	-		
Adiantamento de clientes (Nota						
explicativa 20)	-	-	1.573	-		
Mútuos		38.913		90.062		
	69.419	38.913	27.354	90.062		

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados.

b. Remuneração dos administradores - benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável)

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia era composta por 3 conselheiros de administração e 2 diretores.

No período findo em 31 de dezembro de 2019, o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$ 705 (R\$ 1.251 em 31 de dezembro de 2018), do Conselho Fiscal R\$ 67 (R\$ 379 em 31 de dezembro de 2018) e da Diretoria R\$ 2.440 (R\$ 2.686 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia e suas controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

13 Investimentos

a. Propriedades para investimento

Valor justo das Propriedades para Investimento

A Companhia e suas controladas apresentam suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas contratam avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo.

Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento

		Controladora		Consolidado
<u>-</u>	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valor justo das propriedades para investimento	98.500	202.199	109.611	213.310
Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento	77	-	171	553
		Controladora		Consolidado
-	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Movimentação				
Saldo inicial	202.199	202.199	213.310	219.488
Transferencia do imobilizado				
Ajuste valor justo e baixas no resultado	(103.699)	-	(103.699)	(6.178)
Saldo final	98.500	202.199	109.611	213.310

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimentos foram classificadas como Nível 3 com base nos dados utilizados (veja Nota Explicativa nº 2c)

b. Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada

	Controladora		Consolidado	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
124.087	127.007	95.002	94.596	
4.990	4.989	4.990	4.993	
129.077	131.996	99.992	99.589	
	124.087 4.990	124.087 127.007 4.990 4.989	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 124.087 127.007 95.002 4.990 4.989 4.990	

Outros investimentos compostos substancialmente por participação no capital da empresa Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. no valor de R\$ 4.859. A Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. tem como atividade participação em outras empresas.

Movimentação dos saldos

		Bardella Adm. Bens			IMMA Ind. Metalúrgica				
	Barefame	e Empr. e		Duraferro	e Mecânica				
	Instalações	Corretora	Energo Agro	Industria e	da			Provisão	
	Industriais	de Seguros	Industrial	Comércio	Amazônia	Planihold		p/perdas	
	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	S.A.	Sub total	investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(39.570)	28.644	5.949	2.522	93.054	3.773	94.372	39.570	133.942
Resultado de equivalência patrimonial	(2.669)	(2.210)	28	(5.665)	(2.073)	(107)	(12.696)		(12.696)
Provisão para perdas investimentos controladas								5.812	5.812
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente					(51)		(51)		(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(42.239)	26.434	5.977	(3.143)	90.930	3.666	81.625	45.382	127.007
Resultado de equivalência patrimonial Provisão para perdas investimentos	(11.867)	(3.268)	(58)	(2.361)	433	(27)	(17.148)		(17.148)
controladas								14.228	14.228
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(54.106)	23.165	5.919	(5.504)	91.363	3.639	64.477	59.610	124.087

Informações das Investidas

	Barefame lı Industria	-	Bardella Adm. E e Corret. de Se	•	Energo Agro Ltd	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	46.227	48.274	2.517	2.065	375	2.525
Ativo não circulante	26.146	29.350	35.106	37.191	10.833	8.118
Passivo circulante	77.016	79.613	8.186	5.546	1.508	845
Passivo não circulante	49.463	40.250	6.272	7.276	297	304
Patrimônio líquido	(54.106)	(42.239)	23.165	26.434	9.403	9.494
Receita operacional líquida	3.339	4.721	163	211	-	-
Resultado do exercício	(11.867)	(2.669)	(3.268)	(2.210)	(92)	45
	Barefame lı Industria	,	Bardella Adm. I e Corret. de Se	•	Energo Agro Ltd	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas						
possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850	3.400	5.400
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850	3.400	5.400
Patrimônio líquido	(54.106)	(42.239)	23.165	26.434	9.403	9.494
Patrimônio líquido ajustado	(54.106)	(42.239)	23.165	26.434	9.403	9.494
Participação direta no capital social,						
no final do exercício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	62,96%	62,96%
Participação direta no patrimônio	(54.106)	(42.239)	23.165	26.434	5.919	5.977
líquido						
Resultado de equivalência	(44.007)	(0.000)	(0.000)	(0.040)	(50)	
patrimonial	(11.867)	(2.669)	(3.268)	(2.210)	(58)	28
	IMMA - Ind. M Amazon		Duraferro In Comércio		Planiho	ld S/A.
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	96.518	92.411	54.222	34.586	576	549
Ativo não circulante	98.701	100.649	18.603	16.846	16.973	17.128
Passivo circulante	11.762	10.951	69.528	47.697	18	17
Passivo não circulante	731	250	10.177	7.664	-	-
Patrimônio líquido	182.726	181.859	(6.880)	(3.929)	17.531	17.660
Receita operacional líquida	13.495	11.171	19.966	14.497	-	-
Resultado do exercício	(221)	(4.147)	(2.940)	(7.081)	(129)	(517)
		ot o Moo da	Duroforro In			

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.		Duraferro Indústria e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas						
possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	1.200	1.200	4.866	4.866
Ordinárias	-	-		-	4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	1.200	1.200	-	-
Patrimônio líquido	182.726	181.859	(6.880)	(3.929)	17.531	17.660
Participação direta no capital social,						
no final do exercício	50,00%	50,00%	80,00%	80,00%	20,76%	20,76%
Participação direta no patrimônio						
líquido	91.363	90.930	(5.504)	(3.143)	3.639	3.666
Resultado de equivalência						
patrimonial	433	(2.073)	(2.361)	(5.665)	(27)	(107)
patrimonial	433	(2.073)	(2.361)	(5.665)	(27)	(107)

14 Imobilizado

a. Composição dos saldos

					Controladora
				31/12/2019	31/12/2018
	Taxa anual				
_	depreciação	Custo	Depreciação	Liquido	Liquido
Edificações	2,70%	76.409	(25.049)	51.360	53.691
Máquinas e equipamentos	8,40%	113.468	(99.135)	14.333	19.025
Móveis e utensílios	10,00%	5.952	(5.731)	221	287
Veículos	20,00%	3.786	(3.021)	765	1.134
Equipamentos de informática	20,00%	4.598	(4.532)	66	86
Terrenos	0,00%	38.912	-	38.912	38.912
Instalações	10,00%	21.661	(21.672)	(11)	77
Obras em andamento	0,00%	16.717	-	16.717	16.716
	_	281.503	(159.140)	122.363	129.928

					Consolidado
	_			31/12/2019	31/12/2018
	Taxa anual				
	depreciação	Custo	Depreciação	Liquido	Liquido
Edificações	3,10%	108.205	(34.285)	73.920	77.037
Máquinas e equipamentos	9,00%	150.488	(128.026)	22.462	28.589
Móveis e utensílios	10,00%	7.564	(7.134)	430	541
Veículos	13,80%	10.881	(10.415)	466	1.039
Equipamentos de informática	20,00%	6.634	(6.554)	79	93
Terrenos	0,00%	39.251	-	39.251	39.251
Instalações	10,00%	26.174	(23.297)	2.877	3.066
Obras em andamento	0,00%	17.320	-	17.320	17.320
	<u> </u>	366.517	(209.710)	156.806	166.936

b. Movimentação do custo

				Controladora
_	31/12/2018			31/12/2019
_	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	76.409	-	-	76.409
Máquinas e equipamentos	116.999	-	(3.531)	113.468
Móveis e utensílios	5.958	-	(6)	5.952
Veículos	3.813	49	(76)	3.786
Equipamentos de informática	4.590	8	-	4.598
Terrenos	38.912	-	-	38.912
Instalações	21.661	-	-	21.661
Obras em andamento	16.716	11	<u>-</u>	16.717
_	285.058	58	(3.613)	281.503

				Consolidado
_	31/12/2018			31/12/2019
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	108.205	-	-	108.205
Máquinas e equipamentos	154.409	10	(3.931)	150.488
Móveis e utensílios	7.569	-	(5)	7.564
Veículos	11.890	49	(1.058)	10.881
Equipamentos de informática	6.633	8	(6)	6.634
Terrenos	39.251	-	-	39.251
Instalações	26.174	-	-	26.174
Obras em andamento	17.319	11_	<u>-</u>	17.320
_	371.450	68	(5.000)	366.517

c. Movimentação da depreciação

_				Controladora
	31/12/2018			31/12/2019
	Depreciação	Depreciação do	Baixas	Depreciação
_	acumulada	período	Daixas	acumulada
Edificações	(22.718)	(2.331)		(25.049)
Máquinas e equipamentos	(97.974)	(4.513)	3.352	(99.135)
Móveis e utensílios	(5.671)	(65)	5	(5.731)
Veículos	(2.679)	(419)	77	(3.021)
Equipamentos de informática	(4.504)	(27)		(4.531)
Instalações	(21.584)	(88)		(21.672)
	(155.130)	(7.443)	3.434	(159.139)

				Consolidado
	31/12/2018			31/12/2019
	Depreciação	Depreciação do	Baixas	Depreciação
	acumulada	período	Daixas	acumulada
Edificações	(31.170)	(3.115)	-	(34.285)
Máquinas e equipamentos	(125.820)	(5.898)	3.692	(128.026)
Móveis e utensílios	(7.028)	(110)	4	(7.134)
Veículos	(10.851)	(578)	1.014	(10.415)
Equipamentos de informática	(6.540)	(28)	15	(6.553)
Instalações	(23.108)	(189)	<u> </u>	(23.297)
	(204.517)	(9.917)	4.725	(209.709)

Em 31 de dezembro de 2019, além das garantias vinculadas a financiamentos e mencionadas na nota explicativa 16 – Empréstimos e financiamentos, R\$ 7.848, substancialmente máquinas e equipamentos, estão arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos

Conforme informado na Nota Explicativa nº 16, os valores contábeis dos ativos dados em garantia às instituições financeiras, em 31 de dezembro de 2019 somam o montante de R\$ 288.899 (R\$ 291.874 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$ 102.365 referem-se a ativos imobilizados e R\$ 186.533 ativos classificados como propriedades para investimentos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Não foram verificados ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de

dezembro de 2019.

15 Intangível

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

									Controladora
	_		Cus	sto			Amortiz	ação	
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2018		Baixas	31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Amortização	Baixas	31/12/2019
Software Ágio aquis. investim Duraferro	5 anos	42.139 3.337	589	(3.337)	42.728	(18.174)	(37)	-	(18.211)
, gio aquio: imocami zuraiono		45.476	589	(3.337)	42.728	(18.174)	(37)		(18.211)
Líquido	-			(/		27.302	\-\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \		24.517
	-		Cus	sto		-	Amortiz	ação	Consolidado
	Prazos	Saldo em			04/40/0040	Saldo em		•	Consolidado
	de vida útil	31/12/2018	Aquisições	Baixas	31/12/2019	31/12/2018	Amortização	Baixas	31/12/2019
Software	5 anos	43.891	589	_	44.480	(19.923)	(34)	_	(19.957)
Marcas e patentes	indefinida	4	-	-	4	-	-	-	-
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	5.005	-	(5.005)	-	-	-	-	-
	_	48.900	589	(5.005)	44.484	(19.923)	(34)	-	(19.957)

O ágio na aquisição de investimentos corresponde à aquisição em 23 de abril de 2009, de 60% de participação (controle) na empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda. pelo valor total de R\$15.000, sendo 40% adquirida pela Bardella S.A. Indústrias Mecânicas pelo valor de R\$10.000 e 20% adquirido pela controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. pelo valor de R\$5.000.

A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio mecânica, por corresponder ao nível mais baixo da UGC (Unidade Geradora de Caixa). O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em avaliação do "impairment" do ágio e considerando que a Companhia está em recuperação Judicial, o ágio foi baixado em 31/12/2019.

16 Empréstimos e financiamentos

					Controladora		Consolidado
	Indexador	Taxa média anual de iuros	Vencimentos dos Contratos	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDES - Inovação	TJLP	TJLP+4,18%aa	15/04/2025	13.154	11.872	13.154	11.872
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	TJLP+5.38%aa	15/04/2024	4.293	3.830	4.293	3.830
Brasil - Finame (**)	FIXO	5% aa	15/07/2024	457	431	457	431
Imobilizado	11/0	Sub-total	13/07/2024	17.904	16.133	17.904	16.133
BNDES - Capital de Giro	SELIC	SELIC+5,66%aa	15/04/2021	31.125	27.829	31.125	27.829
Capital de Giro	SELIC	CDI+3,00%aa	28/05/2019	2.830	2.614	2.830	2.614
B.Bradesco - Capital de Giro (*)	CDI	CDI+3,00%aa	30/07/2024	26.323	24.093	26.323	24.093
Capital de Giro	CDI	CDI+3,40%aa CDI+2.00%aa até	27/05/2019	2.657	2.422	2.657	2.422
B.Brasil - Capital de Giro (**)	CDI	12/20 e CDI+3,00%aa	15/06/2025	152.184	140.523		140.523
		após	-			152.184	
Capital de Giro		Sub-total	-	215.119	197.481	215.119	197.481
Total Geral:			-	233.023	213.614	233.023	213.614
Parcela Circulante				86.432	24.868	86.432	24.868
Parcela não circulante Juros incorridos no período (jai	neiro a dezer	mbro de cada exercício)		146.592 19.228	188.746 15.457	146.592 19.228	188.746 15.457

Os financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 90.386.

- (*) Financiamentos contratados com o Banco Bradesco S/A e têm como garantia imóveis registrados como propriedade para investimentos, sendo dois imóveis localizados em São Mateus ES, cujo valor contábil do investimento é de R\$ 3.821 e dois imóveis localizados em São Paulo SP, com valor contábil do investimento de R\$ 6.808. Os contratos foram negociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2024.
- (**) Financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba e de Araras SP, propriedade para investimento e imobilizado, respectivamente. O valor contábil dos ativos é de R\$ 82.000 e R\$ 11.980, respectivamente.

Os contratos foram renegociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2025.

Cronograma de desembolsos - Não circulante

		Controladora		Consolidado
Ano	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	38.629	-	38.629
2021	33.554	35.726	33.554	35.726
2022	33.554	32.634	33.554	32.634
2023	33.554	32.634	33.554	32.634
2024 a 2025	45.929	49.123	45.929	49.123
	146.591	188.746	146.591	188.746

17 Fornecedores

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Fornecedores nacionais - Terceiros	91.784	88.313	107.855	101.186
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	27.953	25.804	12.578	12.602
Fornecedores estrangeiros	1.344	1.482	1.344	1.482
_	121.081	115.599	121.777	115.270
Não circulante				
Fornecedores nacionais - Terceiros	5.015	5.015	5.015	5.015
	126.096	120.614	126.792	120.285

As operações que a Companhia e suas controladas mantém com fornecedores nacionais e do exterior são principalmente referentes às compras de matérias primas e componentes para os equipamentos em fabricação.

18 Obrigações Fiscais

		Controladora		Consolidado
Circulante	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Débitos parcelados	6.636	9.884	9.170	12.507
Imposto de renda e CSLL	11.251	8.753	13.962	10.812
IPI/ICMS/ISS	770	769	1.309	1.621
PIS/COFINS	330	238	5.096	3.290
Outras obrigações fiscais	2.444	2.033	4.942	3.491
	21.431	21.677	34.479	31.721
Não circulante				
Débitos previdenciários parcelados	15.561	17.725	17.506	20.203
Débitos FGTS parcelados	4.432	7.053	4.942	8.095
Demais débitos parcelados	5.093	1.350	8.730	5.008
	25.086	26.128	31.178	33.306
	46.517	47.805	65.657	65.027

19 Obrigações sociais e trabalhistas

_		Controladora		Consolidado
Circulante	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e ordenados	52.054	36.615	58.781	42.518
Previdência social	19.308	6.609	29.691	13.003
Fgts	35.770	22.587	41.380	28.584
Débitos parcelados	3.706	3.312	4.673	4.957
Provisão para férias e 13o.salário	1.854	4.515	3.554	6.964
Encargos provisão de férias e 13o.salário	692	1.672	772	1.995
Outros encargos	3.197	3.150	3.612	3.149
-	116.581	78.460	142.464	101.170
Não Circulante				
Salários e ordenados	6.162	6.162	6.162	6.162
	122.743	84.622	148.626	107.332

20 Adiantamentos de clientes

		Controladora		Consolidado
Circulante	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de clientes	52.874	32.930	65.982	44.603
Adiantamento de partes relacionadas	6.430	1.573	<u> </u>	
_	59.304	34.503	65.982	44.603
Não Circulante				
Adiantamento de clientes	14.053	14.053	14.053	14.053
_	73.357	48.556	80.035	58.656

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente à receita reconhecida à receita reconhecida por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme previsto no CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

21 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes passivas em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício

				Controladora
	31/12/2018			31/12/2019
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	8.638	8.708	(1.239)	16.107
Tributárias:				
.Federal	-	3.433	-	3.433
.Estadual	=	6.107	(6.107)	-
.Municipal	153	19	(172)	-
Subtotal tributárias	153	9.559	(6.279)	3.433
	8.791	18.267	(7.518)	19.540

				Consolidado
	31/12/2018			31/12/2019
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	10.828	12.648	(1.239)	22.237
Tributárias:				
.Federal	-	3.601	-	3.601
.Estadual	-	6.107	(6.107)	-
.Municipal	153	19	(172)	-
Subtotal tributárias	153	9.727	(6.279)	3.601
	10.981	22.375	(7.518)	25.838

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos relativos a demandas trabalhistas tributárias em andamento nos quais são partes. Os processos existentes referem-se a verbas rescisórias não quitadas, além do pleito de verbas como: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos foram provisionados R\$ 16.107 na controladora (em 31 de dezembro de 2018 era R\$ 8.638) e R\$22.237 no consolidado (em 31 de dezembro de 2018 o valor era de R\$ 10.828).

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos foram provisionados R\$ 3.433 na controladora (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 153) e R\$ 3.601 no consolidado (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 153).

Possíveis

Para os processos trabalhistas no montante Consolidado de R\$ 14.426 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 38.720), cíveis no montante Consolidado de R\$ 22.678 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 19.656) e tributários no montante Consolidado de R\$ 14.609 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 12.813), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco "possível", no montante total dos valores das causas de R\$ 51.713 (em 31 de dezembro de 2018

era de R\$ 71.189), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referemse as demandas tributárias e cíveis onde se discute:

Incidência de contribuição social sobre o lucro líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 3.466;

Diferenças contratuais em serviços prestados na década de 90: R\$ 10.534

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais relacionados a processos tributários suspensos, aguardando decisão judicial para definição do destino dos referidos depósitos.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam das seguintes vantagens:

- prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, calculados sobre o respectivo capital e não cumulativos;
- participação proporcional nos aumentos de capital na forma da legislação vigente.

b. Reservas de capital

Reservas de incentivos fiscais

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

c. Outros Resultados Abrangentes

São classificadas em Outros Resultados Abrangentes (anteriormente denominado como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

d. Prejuízo por ação

Básico - O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. Não houve novas emissões de ações nem mesmo compra de ações próprias durante o período findo em 31 de dezembro de 2019.

31/12/2019	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuível (em milhares de reais)	(77.576)	(126.844)	(204.420)
Média de ações	607.192	992.808	1.600.000
Prejuízo por ação (em reais)	(127,76)	(127,76)	(127,76)

Diluído - O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações potenciais ou quaisquer outros instrumentos financeiros conversíveis que provocariam diluição, dessa forma, o prejuízo por ação diluído não possui diferença em relação ao prejuízo básico por ação.

23 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1.550	15.376	1.550	15.376
14.745	76.306	47.037	87.469
2.518	4.329	7.046	10.669
(115)	(3.332)	(8.771)	(3.341)
(2.073)	(12.734)	(8.824)	(16.474)
16.625	79.945	38.038	93.699
	1.550 14.745 2.518 (115) (2.073)	31/12/2019 31/12/2018 1.550 15.376 14.745 76.306 2.518 4.329 (115) (3.332) (2.073) (12.734)	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 1.550 15.376 1.550 14.745 76.306 47.037 2.518 4.329 7.046 (115) (3.332) (8.771) (2.073) (12.734) (8.824)

Reconhecimento de Receitas - CPC 47

Os contratos da Companhia com clientes atendem aos critérios do CPC-47 - Reconhecimento de receitas pois, são formais, identificam as obrigações de desempenho, as garantias recíprocas os preços individuais das transações e suas alocações às obrigações de desempenho, as garantias recíprocas e as condições de pagamento ou, para contratos de construção, os eventos financeiros. As receitas são reconhecidas de acordo com a transferência de controle dos bens e serviços ao cliente e, para os contratos de construção de equipamentos sob encomenda, à medida de sua execução.

24 Despesa por natureza

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Materiais e componentes	(16.177)	(41.270)	(22.291)	(34.471)
Outros Insumos	(4.929)	(24.216)	(7.445)	(25.374)
Energia Elétrica	(1.488)	(2.394)	(1.943)	(3.007)
Serviços de terceiros	(5.771)	(4.637)	(6.417)	(5.269)
Gastos com pessoal (indenizações)	(10.194)	(8.720)	(12.126)	(8.951)
Demais gastos com pessoal	(35.646)	(51.365)	(46.179)	(73.434)
Depreciação e amortização	(6.390)	(7.403)	(8.497)	(10.811)
=	(80.595)	(140.005)	(104.898)	(161.317)
		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos e/ou serv.prestados	(39.956)	(101.076)	(60.278)	(118.994)
Despesas com vendas	(7.887)	(7.264)	(8.239)	(7.660)
Despesas gerais e administrativas	(11.189)	(13.464)	(14.805)	(16.941)
Honorários da administração	(3.212)	(4.315)	(3.225)	(4.336)
Outras despesas operacionais				
Custos de ociosidade de fabricação	(18.351)	(13.886)	(18.351)	(13.386)
_	(80.595)	(140.005)	(104.898)	(161.317)

25 Outras despesas e receitas operacionais

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras despesas operacionais				
Provisões operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.445)	(1.288)	(15.772)	(1.513)
Provisão para Contingências	(18.267)	(5.104)	(22.374)	(6.549)
Outras provisões/reversões	353	(353)	353	(353)
Baixa p/ venda de bens do imobilizado e		(/		()
investimentos	(1.281)	(142)	(1.387)	(5.893)
Custo ociosidade de fabricação	(18.351)	(13.386)	(18.351)	(13.386)
Liquidação de processos judiciais	(23)	-	(245)	· -
Despesas tributárias	(6.101)	(1.394)	(8.099)	(1.778)
Perdas com variação ajuste a valor justo	(103.721)	-	(103.721)	(1.850)
Perdas com impairment de ativos	(8.363)	-	(10.030)	
Outras despesas operacionais	(653)	-	(1.755)	(280)
	(170.852)	(21.667)	(181.381)	(31.602)
Outras receitas operacionais				
Reversões/utilização de provisões operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	79	97	92
Provisão para Contingências	7.364	792	7.364	1.461
Outras provisões/reversões	164	-	164	-
Indenizações perdas e danos	-	-	3.004	-
Receita de bens ajuste valor justo	-	-	-	-
Aluguéis/locações	207	133	171	271
Outras receitas operacionais	65	-	109	2.208
	9.267	1.827	12.614	9.864
<u> </u>	(161.585)	(19.840)	(168.767)	(21.738)

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

26 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras				
Juros	(34.341)	(20.363)	(34.918)	(18.624)
Variações cambiais passivas	(209)	(182)	(301)	(272)
Fianças bancárias	(164)	(87)	(164)	(87)
IOF	(974)	(944)	(1.613)	(1.689)
Descontos concedidos	(8)	(209)	(649)	(577)
Despesas bancarias	(209)	(719)	(832)	(1.207)
	(35.905)	(22.504)	(38.477)	(22.456)
Receitas financeiras				
Juros	3.547	2.459	1.480	448
Variações cambiais ativas	2.483	1.451	2.621	1.509
Juros sobre capital próprio	-	-	35	25
Outros	1.961	491	1.976	509
	7.991	4.401	6.112	2.491
Líquido	(27.914)	(18.103)	(32.365)	(19.965)

27 Informação por segmento

Para fins de administração, a Companhia e suas controladas são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

O segmento de mecânica corresponde à fabricação de equipamentos sob encomenda e;

O segmento de aços e serviços é representado pela laminação de metais e serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no prejuízo ou lucro líquido.

31/12/2019	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	33.090	7.003	(2.055)	38.038
Prejuízo do período	(181.331)	(34.450)	16.365	(199.416)
Ativos operacionais	764.500	159.275	(220.531)	703.244
Passivos operacionais	859.432	183.780	(247.282)	795.930

31/12/2018	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	78.406	20.967	(5.674)	93.699
Prejuízo do período	(88.189)	(19.590)	11.917	(95.862)
Ativos operacionais	852.927	169.707	(191.292)	831.342
Passivos operacionais	746.558	170.213	(201.533)	715.238

28 Instrumentos financeiros

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das "estimativas contábeis", conforme consta na nota explicativa 2c.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamento e aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros - Controladora				31/12/2019
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo				
Caixa e bancos	5	1.758	-	1.758
Não mensurados a valor justo				
Contas a receber de clientes	6	-	122.747	122.747
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	43.730	43.730
Títulos e valores mobiliários	10	-	99	99
		1.758	166.576	168.334
Passivos financeiros				
Não mensurados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	16	-	233.023	233.023
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	120.331	120.331
Fornecedores	17	-	126.096	126.096
			479.450	479.450
Instrumentos financeiros - Consolidado				31/12/2019
Instrumentos financeiros - Consolidado	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	31/12/2019 Total
Instrumentos financeiros - Consolidado Ativos financeiros	Nota	por meio do		
	Nota	por meio do		
Ativos financeiros	Nota 5	por meio do		
Ativos financeiros Mensurados a valor justo		por meio do resultado		Total
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos		por meio do resultado		Total
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes Títulos e valores mobiliários	5	por meio do resultado	Amortizado -	Total 1.808
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes	5	por meio do resultado	Amortizado - 151.461	Total 1.808 151.461
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes Títulos e valores mobiliários	5 6 10	por meio do resultado 1.808	Amortizado - 151.461 112	Total 1.808 151.461 112
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes Títulos e valores mobiliários Aplicações financeiras Passivos financeiros	5 6 10	por meio do resultado 1.808 - - 275	Amortizado - 151.461 112 -	Total 1.808 151.461 112 275
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes Títulos e valores mobiliários Aplicações financeiras Passivos financeiros Não mensurados a valor justo	5 6 10 5	por meio do resultado 1.808 - - 275	Amortizado - 151.461 112 - 151.573	Total 1.808 151.461 112 275 153.656
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes Títulos e valores mobiliários Aplicações financeiras Passivos financeiros Não mensurados a valor justo Empréstimos e financiamentos	5 6 10 5	por meio do resultado 1.808 - - 275	Amortizado - 151.461 112 - 151.573	Total 1.808 151.461 112 275 153.656
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes Títulos e valores mobiliários Aplicações financeiras Passivos financeiros Não mensurados a valor justo Empréstimos e financiamentos Mútuo c/partes relacionadas	5 6 10 5	275 2.083	Amortizado - 151.461 112 - 151.573 233.023 86.272	1.808 151.461 112 275 153.656 233.023 86.272
Ativos financeiros Mensurados a valor justo Caixa e bancos Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes Títulos e valores mobiliários Aplicações financeiras Passivos financeiros Não mensurados a valor justo Empréstimos e financiamentos	5 6 10 5	por meio do resultado 1.808 - - 275	Amortizado - 151.461 112 - 151.573	Total 1.808 151.461 112 275 153.656

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas – Em Recuperação Judicial Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019

Instrumentos financeiros - Controladora Ativos financeiros	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	31/12/2018 Total
Managementa				
Mensurados a valor justo Caixa e bancos	5	19	-	19
Não mensurados a valor justo				
Contas a receber de clientes	6	-	126.070	126.070
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	38.914	38.914
Títulos e valores mobiliários	10	-	3.940	3.940
		19	168.924	168.943
Passivos financeiros Não mensurados a valor justo				
Dividendos a pagar		_	65	65
Empréstimos e financiamentos	16	-	213.614	213.614
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	85.867	85.867
Fornecedores	17	-	94.312	94.312
		-	393.858	393.858
Instrumentos financeiros - Consolidado	Nota	Valor justo por meio do	Custo Amortizado	31/12/2018 Total
		resultado		
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo				
Caixa e bancos	5	2.230	-	2.230
Não mensurados a valor justo Contas a receber de clientes	6	_	143.736	143.736
Dividendos a receber	O	_	741	741
Títulos e valores mobiliários	10	-	3.940	3.940
Aplicações financeiras	5	2	-	2
,		2.232	148.417	150.649
Passivos financeiros				
Não mensurados a valor justo			C.F.	0.5
Dividendos a pagar Empréstimos e financiamentos	16	<u>-</u>	65 213.614	65 213.614
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	53.924	53.924
Fornecedores	17	-	93.983	93.983
	••	-	361.586	361.586

Instrumentos Financeiros – CPC 48

Considerando o modelo de negócio da Companhia, seus instrumentos de dívidas (ativos financeiros), incluindo os empréstimos e recebíveis, são classificados na categoria de "custo amortizável", onde os títulos são mantidos até o vencimento.

A Companhia e suas controladas não divulgaram os valores justos, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos ao valor justo, exceto para títulos patrimoniais, conforme divulgado na nota explicativa 10.

c. Riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2019, o risco de crédito totaliza R\$ 94.977 na controladora e R\$ 73.621 no consolidado (R\$ 120.387 e R\$ 91.991 em 31/12/2018, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizável (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetad	dos	31/12/2019					Controladora
- -	Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos bancários garantidos	230.193	249.989	74	86.034	72.477	91.404	
Empréstimos bancários não garantidos	2.830	2.905	284	2.621		-	_
Fornecedores	98.144	98.144	78.331	-	1.360	13.438	5.015
Fornecedores - Partes relacionadas	27.953	27.953	-		-	-	27.953
Total da dívida	359.120	378.991	78.689	88.655	73.837	104.842	32.968
Fluxos de Caixa Contratuais Projetad	dos	31/12/2019					Consolidado
	Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos bancários garantidos	230.193	249.989	74	86.034	72.477	91.404	-
Empréstimos bancários não garantidos	2.830	2.905	284	2.621	-	-	-
Fornecedores	114.215	114.215	94.402	-	1.360	13.438	5.015
Fornecedores - Partes relacionadas	12.578	12.578					12.578
Total da dívida	363.580	370.873	94.760	88.655	73.837	104.842	21.357

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2019	+ 100	(2.326)	(2.326)
	+ 150	(3.488)	(3.488)
	- 50	1.163	1.163
	- 100	2.326	2.326
31/12/2018	+ 100	(2.131)	(2.131)
	+ 150	(3.197)	(3.197)
	-50	1.065	1.065
	-100	2.131	2.131

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

	Controladora		
	31/12/2019	31/12/2018	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	552	545	EUR
Importações de materiais	792	937	USD
	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	552	545	EUR
Importações de materiais	792	937	USD

d. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar,
mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação	
31/12/2019	+25%	(336)	(336)	
	+50%	(672)	(672)	
	-25%	336	336	
	-50%	672	672	
31/12/2018	+25%	(370)	(370)	
	+50%	(741)	(741)	
	-25%	370	370	
	-50%	741	741	

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento com o objetivo de mantê-los no menor nível possível em relação aos padrões de mercado.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2019.

Índices de alavancagem financeira (Exigível total – ET / Patrimônio líquido – PL):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	233.024	213.613	233.024	213.613
Fornecedores	126.097	94.312	126.793	93.983
Provisão IR e CSLL	-	-	-	3.541
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	65	-	65
Adiantamento de clientes	73.357	48.556	80.035	58.656
Provisão de férias e encargos	2.546	6.187	4.326	8.958
Provisão para contingências	19.540	8.791	25.838	10.981
Provisão IR e CSLL diferidos	28.182	75.995	34.326	78.273
Outros	365.988	280.056	321.571	247.168
Dívida líquida	848.734	727.575	825.913	715.238
Patrimônio líquido	(97.690)	106.730	(97.690)	106.730
Patrimônio líquido e dívida líquida	751.044	834.305	728.223	821.968
Coeficiente de alavancagem	-8,69	6,82	-8,45	6,70

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

O valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 127.600.

Não está incluído no escopo de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja suficiência foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

30 Fianças

Nossos contratos de longo prazo e processos judiciais possuem fianças contratadas no montante de R\$ 11.791.

31 Recuperação Judicial

Em 26 de julho de 2019, a Companhia apresentou Pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 07 de agosto de 2019. Foram publicados os seguintes fatos relevantes, os quais estão disponíveis nos sites da Companhia (http://www.bardella.com.br/) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).:

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ no 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

A BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS (B3: BDLL3 e BDLL4) ("Bardella" ou "Companhia"), em atendimento ao art. 157, §40 da Lei no 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM no 358/02, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que ajuizou, nesta data, pedido de recuperação judicial junto à 9a Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, sob o nº 1026974-06.2019.8.26.0224 ("Recuperação Judicial"), a fim de reorganizar suas obrigações junto a seus credores. A Companhia optou por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação de seu passivo e de suas controladas, junto aos seus fornecedores e garantir a perenidade da operação.

A Companhia, apesar de seus esforços em conjunto com fornecedores, entidades financeiras, empregados e ex-empregados, vem sendo alvo de pedidos de falência, decisões judiciais de penhora de faturamento e execução de garantias em contratos financeiros, além do fato do mercado de bens de capital ainda não apresentar sinais de recuperação, que colocam em risco a continuidade de suas operações e de suas controladas. Assim sendo, a Companhia julga que a apresentação do pedido de Recuperação Judicial é a medida mais adequada nesse momento. O objetivo é proteger o grupo neste momento crítico, fazendo com que a Companhia e suas controladas retomem sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, preservando a continuidade de suas operações e os fornecimentos em curso.

O total de débitos do grupo informado no pedido de Recuperação Judicial soma, aproximadamente, R\$ 387 milhões. O plano de recuperação será apresentado aos credores dentro do prazo legal.

A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira.

A Bardella é uma Companhia com 108 anos de história, presente em todas as fases de desenvolvimento do país, fonte de emprego e renda para milhares de famílias brasileiras. A Companhia tem a certeza de que o momento crítico será superado da mesma forma que tantas outras dificuldades foram superadas ao longo de sua história.

José Roberto Mendes da Silva DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ nº 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

A BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS (B3: BDLL3 e BDLL4) ("Bardella" ou "Companhia"), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, em continuidade ao aviso de fato relevante divulgado no dia 26 de julho de 2019, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no dia 07 de agosto de 2019, a 9ª Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, deferiu, nos autos do processo nº 1026974-06.2019.8.26.0224 ("Recuperação Judicial"), o processamento da recuperação judicial da Companhia e de suas Controladas, Barefame Instalações Industriais Ltda ("Barefame"), Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda ("BABECS") e Duraferro Indústria e Comércio Ltda ("Duraferro") nos termos do artigo 52 da Lei no 11.101/2005 ("LRF").

A decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

- i) Nomeação da LASPRO CONSULTORES LTDA., inscrita no CNPJ nº 22.223.371/0001-75, representada pelo Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro, com sede à Rua Major Quedinho, 111, 18º andar, Consolação, São Paulo e endereço eletrônico bardella@laspro.com.br para atuar como administrador judicial no Processo de Recuperação Judicial:
- ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra a Companhia e sua Controladas, pelo prazo de 180 dias corridos, nos termos do artigo 6º da LRF
- iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 15 dias corridos contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial; e

iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do grupo no prazo de 60 dias corridos a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF.

A integra da decisão judicial de deferimento, bem como retificação realizada em 08 de agosto de 2019 encontram-se anexas a este aviso de fato relevante.

Conforme divulgado ao mercado em ocasiões anteriores, a Companhia optou pelo ajuizamento do Processo de Recuperação Judicial devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação dos passivos das recuperandas e garantir a perenidade da operação.

A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas Controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira e futuros pedidos.

A documentação e as informações relativas à Recuperação Judicial estão à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (http://www.bardella.com.br/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br/).

São Paulo, 08 de Agosto de 2019

José Roberto Mendes da Silva DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

32 Eventos subsequentes

Efeitos do coronavírus - COVID 19 - nas Demonstrações Financeiras:

A companhia acompanha atentamente as medidas de contenção da disseminação do vírus no Brasil, entretanto, considerando que a melhoria do nível da atividade operacional depende da recuperação da economia brasileira e do comportamento da economia mundial e, consequentemente do mercado em que nossas operações estão inseridas, conforme explicações mencionadas na Nota Explicativa 01 — Continuidade Operacional e, considerando ainda o nível de incerteza que tal pandemia poderá ter sobre a economia global, na avaliação da administração até o momento, conclui-se que a Companhia está sujeita principalmente ao risco de ter sua recuperação em prazo diferente do que o previsto, em consonância com os acontecimentos globais.

Conselho de administração

Claudio Bardella Presidente

José Roberto Mendes da Silva Vice-Presidente

> Célio Siqueira Gios Conselheiro

Diretoria

José Roberto Mendes da Silva Diretor Presidente

> Eduardo Fantin Diretor

Contador

João Carlos Purkote CRC – 1SP157092/O-9